

OS DESERDADOS DA GLOBALIZAÇÃO

Heiji Tanaka *

“A pobreza não produz infelicidade:
ela gera degradação”.

George Bernard Shaw

Resumo

A nova onda de expansão do capitalismo no último quarto de século, a chamada globalização dos mercados, caminha a passos cada vez mais largos. Do botequim de Xique-Xique às altas esferas das burocracias dos governos e instituições internacionais, do Chade e Haiti à Alemanha, EUA e Japão, quase todo mundo já ouviu, pelo menos, os ecos desse fenômeno e começa a sentir os seus efeitos mais duradouros. No entanto, ao contrário do que prega a mídia e os organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio (que substituiu o GATT em 1994), nem tudo são flores no processo da globalização e nem o futuro é tão róseo para todos como prometem os profetas do novo capitalismo. É essa outra face da globalização que vamos tentar retratar a seguir.

Abstract

The new wave of expansion of the capitalism in the last quarter of century, the called globalization of the markets, walks to and longer steps. From the Xique-Xique coffee house to the higt spheres of the bureaucracy of the governments and international institutions, from Chade and Haiti to Germany., U.S.A. and Japan, almost the worldwide has already heard, at least, the echos of that phenomenon and starts to

feel the most durable effects of it. Although, on the contrary from what's been said the press and the international organisms as well as the Worls Trade Organization (which replaced the GATT in 1994), neither everything are flowers in the process of globalization and nor the future is so pink for all like the new capitalism prophets promiss. It's other face of globalization that we're going to try to reproduce as follows.

Introdução

Após quase meio século de Keynesianismo, o mundo assistiu, num misto de surpresa e agitação, à reação conservadora no pensamento e prática econômicos. A ascensão de governos de direita - Thatcher na Grã-Bretanha, Reagan nos EUA e Kohl na Alemanha - e a guinada de governos mais à esquerda na mesma direção - Mitterrand na França e Gonzales na Espanha - deram o tom da época de um novo avanço do laissez-faire, agora batizado de neoliberalismo.

Em que consistiu, afinal de contas, esse discurso neoliberal? Como a globalização se encaixou tão perfeitamente nos propósitos do avanço conservador nesse final de século? Quais as raízes desse processo em andamento e quais os efeitos que podemos esperar a curto e médio prazos? Os pobres terão lugar nessa nova ordem?

* Professor de História. Docente da Unipar

1. As origens da globalização

Um espectador não muito atento às questões atuais pode imaginar que o fenômeno da globalização existe “desde sempre e para todo o sempre” - como diria o escritor Gabriel Garcia Márquez. E é bem isso o que muitos intelectuais e jornalistas econômicos querem nos fazer acreditar: quando dois grupos de homens que viviam nas cavernas trocaram amistosamente rústicos casacos de peles por carne de um animal, haviam dado, involuntariamente é verdade, o primeiro passo para a globalização dos mercados a que estamos assistindo hoje. Desse modo, extrai-se todo o conteúdo histórico do fenômeno da globalização e seus aspectos mais espinhosos tornam-se a-históricos e são deslocados para fora da sociedade. Bem ao gosto dos conservadores mais radicais. Da mesma forma, a única alternativa de salvação seria o mergulho de cabeça no bonde da globalização - o que para a esquerda radical não passa de um ingresso para o inferno.

Mas voltemos aos fatos.

A revolução keynesiana nas décadas de 30-40 voltou-se contra o *laissez-faire* pregado pelo capitalismo liberal sem limites. O mundo havia assistido à grande crise de 1929 e a subsequente depressão que empurrou os principais países para o precipício e para a II Guerra Mundial (1939-45). A principal obra de Keynes, *A Teoria do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) tornou-se a mais importante influência no pensamento econômico do século XX. Apesar de britânico de nascimento, as idéias de Keynes encontraram ressonância primeiramente nos EUA - o New Deal de Roosevelt - e, no pós-guerra, acabou se espalhando pela Europa Ocidental chegando, inclusive, à América Latina através da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Em síntese, Keynes conseguiu oferecer uma nova face para o capitalismo. Em vez do livre-mercado sem controle, Keynes propunha uma intervenção econômica do Estado para equilibrar os investimentos (empresas estatais), a oferta e a procura - enfim, os preços - ao mesmo tempo que assegurava

melhores condições de vida à população através de investimentos em saúde, educação e previdência, proporcionando, por conseguinte, melhores empregos e salários. A prática do keynesianismo elevou as condições de vida da população dos países avançados, diminuindo as desigualdades sociais através de uma maior igualização das oportunidades e uma redistribuição da renda não apenas a partir de critérios econômicos mas também políticos. O aperfeiçoamento do sistema previdenciário garantia uma renda mínima aos desempregados, um serviço de saúde pública de boa qualidade e uma velhice relativamente tranqüila. Esse modo de vida alcançado pelos países mais avançados recebeu o singelo nome de Estado do Bem-Estar Social ou Welfare State.

Celso Furtado, um dos mais respeitados e influentes economistas brasileiros afirma que:

O Estado de Bem-Estar Social é o maior feito da democracia. É o uso do Estado para disciplinar e democratizar a distribuição da renda. Em vez de ser ditada pelo mercado, ela obedece a fatores políticos. Se confiar só no mercado vira a lei do mais forte.

Foi essa a tendência que acompanhou grande parte da humanidade no pós-guerra - período que Albert Hirschman denominou de “trinta anos dourados” (1945-75). Todavia, como deve ser óbvio para todos, o Welfare State constituía-se em um sistema caro para se manter, pois implicava em crescentes gastos em função de vários fatores: investimentos diretos em infra-estrutura, aumento da população (mesmo que próximo a zero), envelhecimento da população por causa da elevação da expectativa de vida, aumento dos gastos em saúde e educação que independem de fatores externos. Sem contar que, no contexto da Guerra Fria, países como EUA, Grã-Bretanha e França eram obrigados a aumentar continuamente os gastos militares. Coincidentemente ou não, a reação conservadora originou-se nos países de origem anglo-saxônica, que privilegiavam demais a indústria bélica.

Nesse sentido, a década de 70 pode ser considerada um divisor de águas. Ela se inicia com o

fim da desastrosa aventura americana no Vietnã e a brusca elevação dos preços do petróleo em novembro de 1973 pelos países da OPEP. A crise econômica que se seguiu até 1979 - data do segundo choque do petróleo motivado entre outros fatores pela Revolução Islâmica no Irã - consolidou a falência do keynesianismo tal como vinha sendo aplicado nos países avançados. A crise se alastrou para todos os lados. A recessão mundial da década de 70 exigia novos mecanismos de controle e ação que o Estado bem-feitor não dispunha naquele momento. A paralisação nas decisões dos governos mais à esquerda - os trabalhistas na Grã-Bretanha, os democratas nos EUA e os social-democratas na Alemanha - ofereceram a oportunidade de ouro que os conservadores esperavam. Curiosamente, governos conservadores, instalados na França e Espanha, também não davam sinais de qualquer movimentação.

É nesse cenário que o discurso neoliberal se expandiu como erva daninha num jardim abandonado. A pretensa falência do Estado, a perda de dinamismo da economia, a queda da produtividade, a retração do consumo, o aumento do déficit público, tudo contribuía positivamente para o avanço dos conservadores. Assim, Thatcher em 1979, Reagan em 80 e Kohl em 82, ascendem ao poder com promessas de revitalizar a economia, recuperar o orgulho nacional (Reagan) e vencer a competição econômica contra o Japão. A receita era desregular a economia, restringir (ou até eliminar) a intervenção do Estado, privatizar empresas estatais a toque de caixa, cortar gastos até a própria carne - em especial os gastos sociais - e estimular a todo custo a competição e eficiência das empresas privadas através do livre comércio. Sem dúvida, foi a retomada de um ideário que parecia esquecido depois de meio século de keynesianismo e que anunciava o ritmo da economia mundial no final de século. Ideias que mais cedo ou mais tarde chegariam à periferia do capitalismo: Salinas no México, Menem na Argentina, Fujimori no Peru e Collor no Brasil.

O resultado visível dessa reação conservadora

dos anos 80 foi a agilização do comércio mundial e a retomada da eficiência a todo custo nas empresas que abriram um novo ciclo de acumulação capitalista. Empresas estatais rentáveis, mas sucateadas e burocratizadas, que perderam competitividade, foram sumariamente vendidas à iniciativa privada, linhas de financiamento foram multiplicadas através da Bolsa de Valores e de grandes bancos comerciais, acordos multilaterais de comércio foram assinados como forma de dinamizar os mercados e os investimentos em tecnologia proporcionaram um aumento considerável da competição entre as empresas. Rapidamente, novos mercados produtores e consumidores foram absorvidos pela gigantesca roda do comércio internacional. Países acostumados a uma política mais agressiva na conquista de mercados, como o Japão e Alemanha, expandiram as suas bases de atuação em nível regional e continental. Se na década de 60 se falava na internacionalização dos mercados, agora a palavra era globalização dos mercados, a produção e o consumo voltados em escala planetária. Ocorreu, de fato, um aumento vertiginoso da produção e do consumo, alavancados pelo desenvolvimento tecnológico sem precedentes na história.

Para enfrentar esse novo cenário econômico, as empresas se vêem obrigadas a se movimentar para todos os lados sob a ameaça de serem riscadas do mapa. Diariamente, ouve-se falar em fusões de companhias gigantes, reengenharia, programas de treinamento e qualidade, desregulamentação - tudo sob a égide da globalização. Na ânsia de vencer a concorrência, novos mercados produtores e consumidores são avidamente procurados, objetivando a redução de custos e diminuição dos preços dos produtos e da mão-de-obra. Os investimentos em robótica, informática, sistemas de comunicação em rede, colaboram para um inacreditável incremento da produção, sem contar a circulação de serviços e informações por quase todo o planeta.

É a esse fenômeno, de grande amplitude, que implica na agilização e integração dos mercados mundiais a que damos o nome de globalização. Ela

traz conseqüências profundas na vida de toda humanidade. O que nos interessa aqui é o seu aspecto sócio-econômico. Por isso, apesar dos seus aspectos positivos, a globalização conta com alguns pontos obscuros que por razões políticas ou ideológicas têm sido relegados a um segundo plano. É o que tentaremos discutir na próxima seção.

2. Os efeitos colaterais da globalização

A visível crise das economias socialistas do Leste Europeu na década de 80, e o seu posterior colapso, contribuiu, a seu modo, em duas frentes para o frenesi neoliberal que se espalhou pelo mundo capitalista. Em primeiro lugar, a crescente crise e estagnação de países como URSS, Alemanha Oriental e Polônia, ofereceram mostras da ineficiência do sistema de produção, planejado em seus mínimos detalhes pelo poder central. A isso se somava a incapacidade de o Estado proporcionar melhores níveis de consumo quando comparados aos países do Welfare State e a rígida tutela dos órgãos públicos sobre a vida privada dos cidadãos, perpetuando um estado de guerra permanente. O colapso do socialismo no final da década de 80 teria sido, assim, para os conservadores, o ponto culminante da vitória do livre mercado sobre a economia planificada - algo parecido com a vitória do Bem sobre o Mal.

O fim do socialismo gerado nos moldes da Revolução Bolchevique de 1917 foi, com certeza, recebido como um alívio para os povos que viviam sob governos despóticos, controlados dia e noite por um eficiente sistema de vigilância e que relegava os indivíduos a um modo de vida sem conforto e sem perspectivas pessoais ou coletivas. A grande promessa de liberdade e igualdade social degenerou-se num Estado policial e tirânico. No entanto, esse processo acabou por colocar toda a esquerda (seja ela radical ou moderada) numa posição desconfortavelmente defensiva. O próprio keynesianismo acabou sendo envolvido numa discussão - um pouco desfocada - não só sobre o papel do Estado na

economia como também em sua suposta incapacidade de concretizar qualquer coisa que prestasse. Bem ou mal, eram esses grupos da esquerda e do centro que colocavam como tema político central a questão da pobreza. Com eles na defensiva, o discurso neoliberal aproveitou-se para obter essa hegemonia relativa a que estamos assistindo.

Em que consistiria, basicamente, os efeitos colaterais da globalização?

A principal preocupação sobre os efeitos da globalização está relacionada à questão do desemprego e da pobreza - duas coisas interligadas. Que a globalização pode (e tem conseguido) aumentar consideravelmente a riqueza dos países envolvidos é um fato incontestável. Mas, qual é o custo dessa riqueza produzida? Como ela está sendo distribuída entre os membros da sociedade?

Quando as empresas se reorganizam para enfrentar a concorrência, inúmeras modificações devem ser introduzidas em seu interior. E isso tem um efeito cascata. Essa reorganização é chamada comumente de *reengenharia*. Ela envolve uma realocação de tarefas e funcionários, uma revisão radical do organograma e, principalmente, um alto investimento em tecnologia intensiva com o intuito de reduzir os custos de produção. Em geral, as novas tecnologias são extremamente poupadoras de mão-de-obra, o que leva ao aumento de demissões nas linhas de montagem e na prestação de serviços. Basta olharmos para os robôs na indústria automobilística ou os sistemas em rede que operam o setor bancário na atualidade ou ainda a invasão dos computadores nos escritórios. O resultado imediato é um corte drástico de pessoal que os administradores da *reengenharia* - eficientes em criar eufemismos - chamam de *downsizing*, ou seja, a diminuição do tamanho da estrutura de produção.

Estamos assistindo hoje à ampliação daquilo que os economistas chamam de desemprego estrutural. Existe uma diferença substancial de outras épocas, quando o desemprego tinha como motivo a conjuntura econômica do país. No passado, um indivíduo que perdia o emprego em um determinado setor em crise,

poderia obter outro emprego na mesma função ou semelhante no setor em expansão. Atualmente, o que ocorre é a simples eliminação de funções como soldador, torneadores e bancários entre outras. Por mais novos postos de trabalho que sejam abertos para uma mão-de-obra apenas relativamente qualificada - como, por exemplo, no setor de serviços - as pessoas que perderam o emprego (e a função) não terão a mesma familiaridade para exercerem o trabalho. E, na maioria dos casos, os novos contratados serão pessoas outras que foram demitidas. Estatisticamente, o desemprego pode manter taxas aproximadas de um ano para o outro; mas as pessoas descartadas terão o seu sofrimento apenas aumentado nesse período.

Pode parecer romantismo, mas não é. A partir do momento em que a atuação do Estado na área social passa a ser também contestada, a situação dos pobres e desempregados tende apenas a piorar. O Estado, pretensamente falido, se vê amarrado em cumprir o seu papel social onde ele é mais necessário: seguro desemprego, assistência médica decente aos pobres, renda mínima e treinamento para a realocação dos desempregados. O economista John Kenneth Galbraith ressaltou isso muito bem: nas atuais sociedades avançadas, enquanto a pobreza atingia um grande número de pessoas, o bem-estar era uma aspiração a ser conquistada e, por isso, encontrou tanto apoio nas camadas médias e baixas da população. Agora, quando uma grande parte da sociedade já vive sob o conforto da afluência (e das benesses da globalização), inclusive em países menos avançados como os latino-americanos, a situação parece ter mudado. Se não, como explicar a longa permanência dos conservadores na Grã-Bretanha e Alemanha e a ascensão de figuras da direita como Chirac na França e Aznar na Espanha?

No entanto - e longe de ser apocalíptico - a pobreza e o desemprego avançam mesmo nos países mais ricos da Europa e nos EUA. É claro que ser pobre na França ou na Alemanha é bem diferente do que ser pobre no Brasil ou, pior ainda, na África - cujo continente é simplesmente ignorado pelas forças da globalização. Mesmo assim, de acordo com as

estatísticas, 8 milhões de alemães (10% da população) são considerados incapazes de suprir a própria sobrevivência sozinhos e cerca de 50 mil crianças estão vivendo nas ruas. Quase 1 milhão de franceses estão cadastrados no Programa de Renda Mínima no país. Em Londres, 8 mil pessoas dormem nas ruas todas as noites e estima-se que em toda Inglaterra mais de 1 milhão de pessoas não têm onde morar. Os EUA mantém os bolsões de pobreza endêmica, espalhados nas grandes cidades como Nova York. O desemprego nos países mais ricos que formam a OCDE, atinge 13% da população economicamente ativa, algo em torno de 35 milhões de pessoas; mas, na Espanha, essa taxa chega a assustadora marca de 24%.

Numa pesquisa internacional, o Instituto Gallup fez a seguinte enquete: seu filho terá uma vida melhor que a sua? A resposta NÃO cravou 78% na Venezuela; 70% na Alemanha; 64% no Canadá; 63% na Inglaterra; 60% nos EUA; 58% no Japão e 56% na França. Não é de estranhar o que observou uma professora alemã do jardim de infância mantido pelo governo para as famílias carentes, Monika Post:

O que me choca não são as condições materiais em que as [as crianças] vivem, mas a apatia, a tristeza, a resignação e o mutismo de seus pais.

Os adultos trazem no rosto e no comportamento as marcas da derrota e do fracasso pessoal sem atenuantes.

3. Estado, livre mercado e pobreza

Abordando a expansão do keynesianismo no pós-guerra, Albert Hirschman escreveu que:

Em termos mais abrangentes, em cada época existe um consenso, um contrato social tácito a respeito das regras que fazem uma economia funcionar e dos limites atribuídos ao papel econômico do Estado.

Nesse sentido, parece que o consenso estabelecido, nas palavras do sociólogo americano Herbert Gans, é o de declarar “guerra contra os pobres.” (Dizem que quando Reagan fazia campanha

para a Presidência, costumava dizer que acabaria com os pobres na América: “nem que tenha que matar um por um”). Pois, com o Estado recolhido pelas forças conservadoras, foi-se também a base de sustentação onde pudesse se apoiar um firme propósito de combate à pobreza. Os governos - como de resto a esquerda - se vêem cada vez mais acuados, quando o assunto é o cumprimento mínimo dos compromissos que devem ter com os pobres nos moldes de um estado protetor, capaz de oferecer uma vida digna aos mais desfavorecidos. Os conservadores proclamam a incapacidade de o estado atuar em qualquer setor que seja e pretendem impor a pretensa eficiência da iniciativa privada em tudo: saúde, educação, segurança e - quem sabe - o próprio governo. Os projetos de corte dos gastos públicos - entenda-se sociais - não param de chegar no Congresso Americano, no Parlamento Britânico e Alemão e na Assembléia Francesa. A pobreza deixou de ser o grande desafio a ser vencido pela inteligência da sociedade e passou a ser encarada como um obstáculo ao progresso da civilização.

Tudo pelo livre mercado! Bradam os conservadores. Como se o livre mercado fosse a solução para todas as aflições e sofrimentos da humanidade. Existem aspectos em que, reconhecidamente, o livre mercado e a livre iniciativa são incapazes de solucionar ou torná-los mais eficientes através de seus próprios esforços. Tome-se o exemplo de novos medicamentos descobertos ou os cuidados médicos independentemente de ganhos monetários imediatos do médico em relação ao paciente. Ou o valor da educação básica, secundária ou superior para aqueles que não poderiam frequentar a escola se tivessem que pagar por esse serviço. Mesmo na perspectiva macro-econômica, o estado parece manter uma influência relativa através do fomento aos investimentos via política monetária. Esse mínimo de bem-estar necessário à sociedade acaba favorecendo os próprios afluentes. Como escreveu Keynes:

Perigosas inclinações humanas podem ser orientadas para canais comparativamente

inofensivos pela existência da oportunidade de ganho monetário e riqueza privada; não podendo ser satisfeitas dessa maneira, tais inclinações podem vir a encontrar um escoadouro na crueldade, na busca inseqüente de poder e autoridade pessoal e em outras formas de auto-engrandecimento.

Keynes escreveu isso em 1936. Será que estava pensando em Hitler e nos políticos inescrupulosos enquanto escrevia? Serão os narcotraficantes de hoje?

Mas não é dessa forma que os neoliberais avaliam os fatos. De forma até sádica, os conservadores atribuem a culpa da pobreza aos próprios pobres. O que existe é uma desqualificação inata de certas pessoas e grupos para o trabalho produtivo. Seria algo como uma predisposição à preguiça e uma irresponsabilidade em relação ao seu próprio estado de pobreza e degradação. Sendo assim, a sociedade não pode oferecer nenhum tipo de ajuda a esses indivíduos; sem contar que seria um enorme desperdício de tempo e dinheiro tentar alterar o curso natural das coisas. Como escreveu o já mencionado Herbert Gans:

Os pobres aparecem nos meios de comunicação, na literatura e até nos trabalhos acadêmicos estigmatizados como preguiçosos, arredios às novas tecnologias e até criminosos. A imoralidade se tornou atributo de classe. Ninguém pode ser apenas simples e honradamente pobre.

Sendo assim, é mais uma justificativa para os ideólogos do livre mercado sem coração combaterem a ajuda pública a esses indivíduos que já sofrem tantas privações no dia-a-dia. É mais uma razão para se propor o corte nos gastos com seguro desemprego, com a ajuda à mãe solteira pobre, à beira da prostituição e aos imigrantes que procuram melhores condições de vida nos países afluentes. Quanto a esses últimos, a solução conservadora é bastante drástica: expulsá-los do país do mesmo jeito que chegaram, ou seja, famintos e desolados. E o mais inacreditável é que mesmo as parcelas médias da sociedade, aquelas que foram as mais beneficiadas pela criação do *Welfare State*, apóiam em grande parte essas decisões

destituídas de qualquer argumento mais relevante.

Nesse momento, os pobres, os deserdados da globalização que vivem dentro das sociedades globalizadas, encontram-se numa terrível encruzilhada: destituídos da Previdência Social cada vez mais negada pelo poder público, resta a eles somente a Providência Divina - que hoje não serve nem mesmo como consolo num mundo capaz de produzir tanta riqueza e não se envergonha de ver um número crescente de homens esquecidos em condições de vida degradantes.

Conclusão

Ninguém é pobre por opção. Um fato esquecido pelos apologistas da globalização. É inegável que o processo em andamento é capaz de gerar uma riqueza inimaginável em escala planetária e dinamizar a produção como nunca antes se assistiu na história. E a civilização é capaz também de superar esses obstáculos que foram apontados aqui de forma resumida e outros ausentes nesse pequeno trabalho. O aspecto mais preocupante em nossos dias é que a afluência gerou também um sentimento de indiferença para com os outros membros da sociedade - sem falar dos outros continentes - que estão privados das condições mínimas de sobrevivência. São pessoas que estão na outra margem do rio caudaloso e que, por um ou vários motivos, não conseguiram atravessar as corredeiras. A eles podemos e devemos dar as mãos, se não por uma profunda convicção pessoal de solidariedade apenas pela piedade de não vê-los perecer de forma tão triste diante dos nossos olhos.

Bibliografia

1. GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade justa**. Rio: Campus, 1996.
2. HIRSCHMAN, Albert. **Auto-subversão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
3. KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio: Paz e Terra, 1992.
4. PREBISCH, Raúl. **Keynes - uma introdução**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
5. SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1991.